

TORNEIRA ABERTA

SATIAGRAHA Em meio à guerra entre a PF e a Abin, surge mais um foco de vazamento que favoreceu investigados na operação

POR GILBERTO NASCIMENTO

A República engalfinha-se. A Polícia Federal investe contra a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que promete revidar. O delegado Amaro Ferreira, que investiga o colega Protógenes Queiroz por vazamento à imprensa, tornou-se, ele próprio, uma fonte contumaz de vazamentos à mídia.

E assim caminha o Brasil pós-Satiagraha, onde nem os vazamentos realmente preocupantes são levados em conta. Por exemplo: há semanas a Corregedoria da Justiça Federal em São Paulo investiga se a juíza Adriana Pileggi Soveral, da 8ª Vara Criminal Federal de São Paulo, contou ao advogado Nélio Machado, defensor do banqueiro Daniel Dantas, detalhes da operação.

A indicação de que Adriana Soveral informou Machado foi captada por escutas da PF. Alvos legalmente gravados comentaram que o advogado havia conseguido informações sobre a Satiagraha com a juíza. Àquela altura, a turma de Dantas tentava por todos os meios saber o que se passava.

Será esse mais um problema na carreira atribulada da magistrada? Investigada pela Operação Ananconda em 2004, Adriana Soveral foi citada em conversas entre juízes e policiais, mas não chegou a ser acusada como integrante da quadrilha que vendia ações judiciais. Ela respondeu a processo por uso de placas frias, depois arquivado. Foi afastada do cargo, mas pôde reassumir as funções em 2006, depois de o Superior Tribunal de Justiça anular o recebimento da denúncia.

Procurada, a juíza não quis dar declarações sobre o caso. O corregedor-geral da Justiça Federal, desembargador André Nabarrete Neto, informou que o caso está sob sigilo. Detalhes sobre a escuta a

alvos da Satiagraha não foram fornecidos.

É possível que o vazamento atribuído à juíza passe despercebido no momento em que apenas as supostas falhas e excessos do delegado Protógenes Queiroz na condução da Satiagraha são alvos de apuração e indignação. Todo abuso e ilegalidade, seja de onde for, deve ser apurado e punido, mas impressiona o esforço de mão única, oportunamente empreendido para anular o trabalho de Queiroz.

Segundo escutas da PF, a juíza Adriana Soveral informou à turma de Dantas

A Corregedoria da Polícia Federal instaurou inquérito para apurar os vazamentos da operação e elegeu como foco o dia da ação policial, 8 de julho, por causa de fil-

magens feitas pela TV Globo no momento da prisão do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Ao colher depoimentos de jornalistas da Rede Globo – mantidos em silêncio para preservar o sigilo da fonte, assegurado por lei –, o corregedor da PF concluiu que eles estariam, assim, admitindo implicitamente que o informante seria Queiroz, o mentor da Satiagraha. Foi um exercício de adivinhação de Ferreira.

A investigação sobre os vazamentos

MARCELLO CASAL JR./ABR



ARMADILHA.
O ministro levou água ao moinho da defesa

parece piada pronta. Foram vazados à imprensa dados sobre o inquérito que apura os próprios vazamentos. Jornais estamparam, na última semana, detalhes das investigações conduzidas pelo delegado Ferreira. Ninguém esclareceu se, agora, haverá um novo inquérito para apurar o vazamento do inquérito do vazamento.

Enquanto isso, segue firme o plano de desmonte da Satiagraha. A tendência do delegado Ferreira parece ser a de indiciar o colega Queiroz. Em vez de punir os culpados, passou-se a perseguir os investigadores. Numa inversão de valores, o juiz e o delegado foram para o banco dos réus.

Até o ministro da Justiça, Tarso Genro, caiu numa armadilha. Ao criticar a pirotecnia nas operações da Polícia Federal e revelar que eventuais provas contaminadas do inquérito da Satiagraha serão “expurgadas”, o ministro fez o discurso que os advogados do banqueiro queriam ouvir. Segundo informações publicadas na imprensa, a PF iria refazer o inquérito. Com esse aval, os advogados do banqueiro ficaram exultantes. Esperam anular todas as provas obtidas.

Por meio de sua assessoria, Genro negou que partes do inquérito estão sendo refeitas: “O que existe é um trabalho técnico dando seqüência ao que foi produzido, com padrões novos de investigação, e um pouco mais aprofundado”, justificou.

Em relatório preliminar subscrito pelo novo delegado do caso, Ricardo Saad – e entregue na sexta-feira 7 ao juiz da 6ª Vara Federal de São Paulo, Fausto De Sanctis –, a PF revelou ter encontrado mais indícios para incriminar Dantas por lavagem de dinheiro. O teor do documento é mantido em sigilo.

Na terça-feira 11, a defesa do banqueiro pediu ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por meio de mais um habeas corpus, uma liminar para o bloqueio do inquérito na PF e a suspensão da ação penal movida contra Dantas por crime de corrupção. O HC foi baseado no depoimento de 28 agentes e oficiais da Abin.

Os agentes informaram ter integrado



A POLÊMICA. Adriana Soveral responde à Corregedoria

a equipe de Queiroz durante a execução da Satiagraha. Os defensores de Dantas consideram que a Abin não pode ser parte de um esquema de combate ao crime organizado. Apontam uma suposta ilegalidade na participação da agência nas investigações.

Essa tese é rejeitada veementemente pelo Ministério Público Federal e pela própria Abin. As duas instituições citam a Lei 9.883, de 1999, responsável pela instituição do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Também o Decreto 4.872, de 2003, sobre o funcionamento do sistema nacional de inteligência no País. Estão incluídos nesse sistema a Abin e a área de inteligência da Polícia Federal.

Outras instituições federais sempre socorrem a PF em operações. Funcionários do Banco Central e auditores da Receita Federal atuaram em casos de crimes financeiros. Para o procurador da República Rodrigo De

OPERAÇÃO DESTRÓIER. Todas as baterias estão apontadas para o delegado Queiroz

Grandis, é normal a participação dessas instituições. “Esse pedido de nulidade não se sustenta. Todas as provas foram produzidas com autorização judicial”, garantiu.

Ao contestar a ação de Queiroz, o delegado-corregedor da PF também mirou na Abin. Ele acusou o mentor da Satiagraha de violar o “Guardião”, sistema da PF que armazena interceptações telefônicas, ao repassar senhas utilizadas por policiais federais de Brasília a funcionários da agência. Por meio dessas senhas, os agentes teriam feito grampos e tido acesso a diálogos interceptados com ordem judicial pela operação.

Em meio a ataques, a Abin reagiu. A agência de inteligência decidiu

recorrer à Justiça para impedir que a PF acesse informações sigilosas contidas em computadores apreendidos por policiais federais, na semana passada. As informações recolhidas na sede da Abin, segundo a agência, oferecem risco à segurança nacional e deixam os seus agentes em situação de vulnerabilidade.



PABLO VALADARES/AE

HUGO

Seu País

DANTAS GANHA OUTRA A Justiça anula ação contra Shemesh

Depois de quase quatro anos, a desembargadora Cecília Mello decidiu anular um dos processos decorrentes da Operação Chacal, que investigou a atuação da Kroll em espionagem ilegal a mando do banqueiro Daniel Dantas. Trata-se da ação que acusa Dantas, o espião israelense Avner Shemesh e alguns outros de formação de quadrilha. O banqueiro é réu em outros três processos por crimes semelhantes em consequência da mesma investigação.

À época da Chacal, a Polícia Federal descobriu que o dono do Opportunity havia contratado Shemesh para um trabalho paralelo ao da Kroll. Na casa do israelense, durante a busca e apreensão, foram encontrados áudios e dossiês contra desafetos do banqueiro. Entre os alvos estava o jornalista Paulo Henrique Amorim, que teve a sua vida e a de familiares bisbilhotada. Os federais também gravaram um vídeo em que um homem entra na casa de Shemesh. Segundo a PF, o homem é Carlos Rodenburg, ex-cunhado de Dantas e um de seus principais subordinados.

A defesa de Shemesh apresentou testemunhos negando a versão da PF. Um motorista que atendia o israelense afirmou ser ele o sujeito gravado. Diante das declarações, a desembargadora concedeu um habeas corpus a Dantas. Mais tarde, o Ministério Público ouviu as tais testemunhas, que recuaram das primeiras declarações e não confirmaram ser o motorista o sujeito da gravação.

Não foi o suficiente. Em 28 de outubro último, Cecília Mello decidiu anular o processo por considerar que a Justiça Federal não tem competência para analisar o caso. Isso significa que a ação seguirá para a Justiça Estadual e terá de começar do zero, se algum procurador se interessar por ela. Mais uma vitória do banqueiro.



MARCELLO CASAL JR./ABR

LENTA AGONIA. O delegado Lacerda continuará afastado por mais 60 dias da direção da Abin

A apreensão de material secreto nos computadores acirrou os ânimos em Brasília. O ministro da Justiça recebeu cartas expondo o mal-estar da própria Abin e do general Jorge Felix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ao qual a agência está ligada. Na segunda-feira 10, Felix consultou o advogado-geral da União, José Antonio Toffoli, sobre a possibilidade de a AGU impetrar um mandado de segurança contra a ação da PF.

Para o general, a ação foi “desnecessária” e “desmoralizante” para a Abin. Segundo o general, essa apreensão expõe ao ridículo o serviço secreto do governo brasileiro diante de outras agências semelhantes em todo o mundo. Genro tentou amenizar o episódio e disse que o material apreendido foi lacrado e só será aberto na presença de uma equipe da Abin. Mas há dúvidas se o conteúdo já não foi violado.

À parte a guerra entre a PF e a Abin, o governo resolveu prolongar a lenta agonia de Paulo Lacerda. O delegado continuará afastado por mais 60 dias da dire-

ção da agência de inteligência. Se for reconduzido ao posto, só o será em 2009.

Para variar, a CPI das Escutas Telefônicas arranhou novos pretextos para constranger os responsáveis. Os deputados decidiram convocar o delegado Amaro Ferreira e a oposição fala em criar um relatório paralelo caso ninguém da Abin ou da PF seja indiciado

O inquérito do vazamento tem sido cotidianamente vazado à mídia

no texto final. Pergunta: o que a Satiagraha tem a ver com supostos excessos de escutas ilegais no Brasil?

Agora, os defensores de Dantas vão dar a última cartada para destruir a operação. O julgamento que analisará a conduta de De Sanctis à frente do

caso – e que pode resultar no seu afastamento – ainda não foi marcado. Até a terça-feira 18, De Sanctis terá de decidir sobre uma oferta de promoção. Pode tornar-se desembargador e passar a cuidar de questões previdenciárias. Os advogados de Dantas não apresentaram até o momento sua defesa e, se De Sanctis aceitar o novo cargo, não terá tempo para julgar o caso. ■